

Elementos do Estudo Técnico Preliminar - ETP

1. Descrição da necessidade

1.1. Contexto: A Transformação da Comunicação na Era Digital.

O cenário da comunicação contemporânea foi redefinido pelo avanço tecnológico, especialmente pelo advento das redes sociais. A estrutura comunicacional deixou de seguir um modelo hierarquizado e de fluxos lineares, característico dos meios tradicionais, para se tornar horizontal, interativa e descentralizada. Neste novo paradigma, a ponta receptora da informação ganha protagonismo, não apenas no consumo, mas também na sua produção e disseminação.

A relevância deste ecossistema digital no Brasil é inquestionável. Dados da Comscore posicionam o país como o terceiro maior consumidor de redes sociais do mundo e o líder na América Latina. Plataformas como YouTube, Facebook e Instagram dominam o acesso, com estudos da YouGov apontando para um tempo de consumo cruzado que pode ultrapassar quatro horas diárias por usuário. Este cenário evidencia um espaço público onde o cidadão busca e compartilha informações, tornando-o um canal indispensável para qualquer instituição que deseje dialogar com a sociedade.

1.2 A Necessidade Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Diante dessa realidade, a presença estratégica do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) nas plataformas digitais torna-se imperativa para o cumprimento de sua missão constitucional de aproximar-se do cidadão. Uma comunicação eficiente neste ambiente exige ações especializadas, que compreendam as particularidades de cada canal e a linguagem adequada para cada público, a fim de garantir que as mensagens institucionais sejam entregues de forma clara e eficaz.

1.3. Objetivo da Contratação

A contratação de um profissional social media residente para o CNMP tem por objetivo suprir uma necessidade institucional clara e crescente: garantir a presença estratégica, contínua e tecnicamente qualificada do Conselho nos ambientes digitais. O contexto atual da comunicação pública é profundamente marcado pela centralidade das redes sociais como espaço de informação, diálogo com o cidadão e fortalecimento da transparência. Nesse cenário, a atuação do CNMP nas plataformas digitais exige não apenas planejamento estratégico, mas também execução diária, monitoramento constante, capacidade de resposta imediata e domínio de técnicas específicas de produção e análise de conteúdo digital. O volume de demandas nessa área aumentou significativamente, de forma que a contratação de um profissional especializado é fundamental para garantir a continuidade das publicações, a implementação das estratégias definidas, a expansão qualificada da presença institucional e o cumprimento da missão constitucional do CNMP de se aproximar da sociedade.

É fundamental registrar que a atuação do social media não se sobrepõe às atribuições próprias do cargo de Analista de Comunicação Social. A Portaria CNMP-PRESI nº 75/2014 define que o analista exerce funções de natureza estratégica, institucional e de alta complexidade, relacionadas ao planejamento, coordenação, supervisão e elaboração de produtos e ações de comunicação. Suas atribuições abrangem atividades como

jornalismo, assessoria de imprensa, desenvolvimento de campanhas e identidades visuais, produção de peças publicitárias, gestão estratégica de redes sociais, elaboração de diagnósticos, estudos e relatórios, cobertura de eventos, registros audiovisuais e redação jornalística. É um perfil voltado à formulação estratégica, à visão sistêmica e à execução de atividades complexas e de gerenciamento.

Por outro lado, as demandas apresentadas neste Estudo evidenciam que o trabalho do social media é essencialmente técnico-operacional, contínuo e intensivo. O profissional a ser contratado deverá executar diariamente tarefas como produção de conteúdo textual e visual, edição de vídeos curtos, gerenciamento do calendário editorial, publicação tempestiva em diferentes plataformas, monitoramento constante das interações dos usuários, identificação de tendências, atuação imediata em eventuais crises, análise de métricas e uso avançado de ferramentas digitais. Essas atividades exigem habilidades práticas e especializadas próprias do mercado de mídias sociais, que não são requeridas para o cargo de analista e não integram as atribuições previstas na Portaria.

Desse modo, a distinção entre as funções é evidente. O Analista de Comunicação Social permanece responsável pela concepção estratégica, orientação institucional e supervisão das ações comunicacionais, enquanto o social media realiza a execução operacional e especializada das estratégias digitais. Suas atribuições não apenas não coincidem, como se complementam. A presença do social media permite que o analista se concentre em atividades de maior complexidade e impacto institucional, evitando sobrecarga, desvio de função e prejuízo à qualidade da comunicação do órgão.

Em conclusão, a contratação de um social media residente atende ao objetivo institucional de qualificar e fortalecer a comunicação digital do CNMP, ao mesmo tempo em que se alinha às normativas vigentes e preserva a distinção funcional entre profissionais terceirizados e servidores concursados.

Por fim, registra-se que as atribuições do profissional residente incluirão:

- a) Planejamento e Estratégia: Desenvolver planos de conteúdo e campanhas alinhados aos objetivos estratégicos do CNMP.
- b) Execução e Criação de Conteúdo: Produzir textos, elementos visuais e vídeos adequados para o ambiente virtual.
- c) Gestão e Engajamento: Realizar publicações, o monitoramento contínuo destas e a interação com os usuários, construindo uma comunidade ativa.
- d) Análise e Mensuração: Acompanhar métricas-chave de desempenho (KPIs) para avaliar a eficácia das ações e subsidiar ajustes estratégicos.
- e) Inteligência de Mercado e Gestão de Crises: Monitorar tendências, as melhores práticas de outros órgãos públicos e atuar em eventuais crises de imagem.

A contratação deste serviço representa, assim, uma medida estratégica para modernizar a comunicação do CNMP, tornando-a mais visível, transparente e acessível para todos os cidadãos

2. Descrição dos requisitos da contratação

2.1. Requisitos de Qualificação do Profissional a ser alocado

2.1.1. A empresa vencedora deverá alocar um profissional que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos, os quais deverão ser comprovados mediante apresentação de currículo vitae e documentos pertinentes (diploma, certificados, portfólio):

2.1.1.1 Formação Acadêmica: Nível superior completo OU pós-graduação em Comunicação Social (com habilitação em Jornalismo, Publicidade e Propaganda ou Relações Públicas), Marketing ou áreas correlatas.

2.1.1.2 Experiência Profissional: Experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos em gestão de redes sociais, devendo demonstrar atuação prática nas seguintes atividades:

- a) Planejamento, criação e execução de estratégias de conteúdo para plataformas digitais.
- b) Produção de conteúdo textual e visual (criação de artes gráficas simples e edição de vídeos curtos).
- c) Monitoramento de métricas e elaboração de relatórios de desempenho analíticos.
- d) Gerenciamento de crises e interação com o público.

2.1.2. A exigência de formação superior ou pós-graduação em áreas como Comunicação Social, Marketing ou correlatas, aliada à experiência mínima de dois anos em gestão de redes sociais, se justifica pela complexidade técnica das atividades a serem desempenhadas, que envolvem planejamento estratégico, produção de conteúdo, análise de métricas e atuação em situações de crise — tarefas que demandam conhecimento especializado e vivência prática para garantir qualidade e efetividade na comunicação institucional do CNMP.

2.2. Requisitos do Serviço e de sua Execução

2.2.1 Regime de Execução: O serviço será classificado como serviço continuado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2 Modalidade de Trabalho: O profissional alocado deverá prestar os serviços presencialmente (modalidade residente), nas dependências do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília-DF.

2.2.3 Jornada e Supervisão: A jornada será de 40 (quarenta) horas semanais. A execução será acompanhada e fiscalizada por um(a) servidor(a) designado(a) pelo CNMP, que avaliará o cumprimento das metas e a qualidade das entregas, em conformidade com os Níveis de Medição de Serviço a serem estabelecidos no Termo de Referência, vedada a subordinação direta do profissional à Administração.

2.2.4 Confidencialidade: O profissional e a empresa contratada deverão assinar um Termo de Confidencialidade e Sigilo sobre todas as informações sensíveis e estratégicas a que tiverem acesso durante a execução do contrato.

2.3 Caracterização como Serviço Contínuo

2.3.1 O serviço objeto da contratação caracteriza-se como contínuo, uma vez que envolve atividades permanentes e essenciais à comunicação institucional do CNMP, como gestão estratégica das redes sociais, produção de conteúdo e monitoramento de interações. A continuidade é necessária para garantir a presença digital constante do órgão e o atendimento tempestivo às demandas da sociedade.

2.4 Justificativa para Vigência Plurianual do Contrato

2.4.1 Considerando a natureza contínua do serviço e a necessidade de planejamento estratégico de médio e longo prazo na comunicação institucional, justifica-se a vigência plurianual do contrato, conforme permitido pela Lei nº 14.133/2021. A manutenção do

contrato por mais de um exercício contribui para a redução de custos operacionais com processos licitatórios recorrentes, evita descontinuidade na prestação do serviço e permite maior eficiência na gestão dos recursos públicos, ao garantir estabilidade na equipe e continuidade nas ações de comunicação institucional.

2.5 Objeto Comum

2.5.1 O objeto da contratação é considerado comum, pois envolve serviços padronizados e amplamente disponíveis no mercado, como gestão de redes sociais, produção de conteúdo digital e monitoramento de métricas. Esses serviços não exigem desenvolvimento de soluções personalizadas ou técnicas complexas, sendo passíveis de especificação objetiva e clara no Termo de Referência.

2.6 Mapa de Riscos

2.6.1 Inexistência de riscos para elaboração do Mapa de Riscos da Contratação (MRC):

2.6.1.1 Considerando que se trata de atividade predominantemente intelectual e de natureza criativa/analítica, cujos entregáveis e rotinas são usuais e passíveis de acompanhamento por meio de critérios objetivos de execução, validação e aceitação, não se identificam fatores que ampliem a exposição a riscos. Ademais, há contratações semelhantes em execução no âmbito do Conselho, cuja rotina de fiscalização e gestão contratual já adotada ratifica o entendimento de que não há riscos que demandem a elaboração de MRC específico para este caso.

3. Levantamento de mercado

3.1 Solução 1: Contratação de agência de comunicação/publicidade.

3.1.1 Vantagens: Ampla gama de serviços integrados.

3.1.2 Desvantagens: O modelo de atendimento por "contas" geralmente não oferece a agilidade e a imersão de um profissional residente, dificultando a gestão de crises e a comunicação em tempo real. Além disso, a contratação de uma agência de comunicação, embora ofereça diversos serviços integrados, é significativamente mais onerosa do que a contratação de um profissional residente para a gestão de redes sociais. Isso ocorre porque o modelo de agência incorpora no preço toda a sua estrutura interna — atendimento, criação, direção de arte, revisão, planejamento, equipe administrativa — elevando o custo final mesmo quando o órgão não necessita de todos esses recursos. Destaca-se, ainda, que agências costumam cobrar por peça produzida (post, carrossel, vídeo, arte adicional), o que gera despesas acumuladas em cenários de alta demanda e necessidade de publicações frequentes, como é o caso da comunicação digital do CNMP. Retrabalhos, ajustes de última hora, monitoramento contínuo e respostas rápidas a situações de crise também costumam ser cobrados como adicionais, ampliando ainda mais os custos. Já o profissional residente atua de forma integrada à rotina institucional, executando todas essas atividades de forma contínua, sem cobrança por peça, hora técnica ou demandas emergenciais. Isso resulta em maior agilidade, menor retrabalho e previsibilidade orçamentária.

3.2 Solução 2: Contratação de empresa para alocação de profissional dedicado (outsourcing).

3.2.1 Vantagens: Solução que combina a expertise de mercado com a necessidade de um profissional residente e imerso na cultura da Secretaria. Custo-benefício superior ao da agência. Agilidade na contratação e substituição do profissional, se necessário.

3.2.2 Desvantagens: Exige uma fiscalização atenta do contrato para evitar a caracterização de subordinação direta.

3.3 Diante do exposto, a solução 2 é a que se mostra mais vantajosa técnica e economicamente, pois atende plenamente ao requisito de ter um profissional residente e dedicado, com a flexibilidade e o custo-benefício adequados à realidade deste Conselho.

3.4 Passa-se, assim, ao Levantamento de Mercado, conforme a Tabela Comparativa de Contratações a seguir:

Instituição	Objeto	ETP, TR ou Contrato	Valor Mensal e anual estimado	Valor Anual
Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA)	Prestação de serviços de gestão de redes sociais, incluindo um posto de social media com dedicação exclusiva e gestão de impulsionamento	Pregão Eletrônico Nº 35/2022 / Contrato Nº 143/2022-SGA	Mensal R\$ 6.366,66	Global Anual R\$ 154.863,12 (cento e cinquenta e quatro mil,
Ministério da Justiça - Estudo Técnico Preliminar 92/2025	Contratação de postos de serviço para apoio à Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal, incluindo as funções de jornalista, designer gráfico, social mídia, cinegrafista, editor de mídia e revisor de texto, conforme Documento de Formalização de Demanda 39148018, constante nos autos do processo SEI 08200.001713/2025 -11.	SENAPEN	Mensal R\$ 17.893,24	R\$ 214.718,88

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA)	Contratação de 11 postos de trabalho para apoio à Comunicação Social (Redatores, Editores, Social Media, Designer, Videomaker, etc.).	Estudo Técnico Preliminar (ETP) - SEI Nº 0007929-59.2024.6.05.8000	R\$6.737,66	R\$80.851,93
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)	Prestação de serviços como Técnico de Comunicação - Social Media	Termo de Referência Nº 84/2025.	R\$ 5.400,00	
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Contratação de Serviços Contínuos de apoio técnico às atividades de Jornalismo, design gráfico, fotografia, mídias sociais e audiovisual a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.		Analista Pleno – R\$ 10.318,15 Tecnico Pleno – R\$ 8560,58	R\$ 24.135,69 R\$ 20.360,67

4 Descrição da solução como um todo

4.1 Após levantamento de mercado e análise comparativa das alternativas, a solução que se demonstrou mais adequada, técnica e economicamente, para atender à demanda do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de comunicação digital, com a alocação de 1 (um) posto de trabalho para profissional de Social Media, em regime de dedicação exclusiva e residente** nas dependências do CNMP, em Brasília/DF.

4.2 Justificativa Técnica:

4.2.1 A escolha por este modelo se fundamenta nos seguintes pontos:

4.2.1.1 A presença física do profissional nas dependências do CNMP é imprescindível para viabilizar o fluxo de trabalho da comunicação, que demanda a produção, revisão, edição e publicação de conteúdos de forma imediata. O profissional residente pode participar de reuniões técnicas, alinhar-se instantaneamente às pautas estratégicas e garantir aprovações ágeis, algo inviável em um modelo remoto ou com agências externas, sem dedicação exclusiva.

4.2.1.2 A contratação de empresa especializada assegura que o profissional alocado possua a qualificação técnica necessária (formação superior em comunicação, marketing ou áreas afins, e experiência comprovada), requisito que o quadro de pessoal atual do CNMP não possui. Este modelo garante um profissional com habilidades específicas em

análise de dados, uso de ferramentas de monitoramento e capacidade de executar estratégias digitais multicanais.

4.2.1.3 Este modelo permite a substituição do profissional pela empresa contratada caso seu desempenho não seja satisfatório, sem a necessidade de um novo e oneroso processo licitatório, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço sem custos adicionais para a Administração.

4.2.2 Manutenção e Assistência Técnica

4.2.2.1 Por se tratar de uma contratação de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, os requisitos de manutenção e assistência técnica se aplicam da seguinte forma:

4.2.2.1.1 Assistência Técnica (Continuidade do Serviço): A empresa contratada será responsável por assegurar a cobertura do posto de trabalho em casos de ausências legais, como férias e licenças. Deverá também prover a substituição do profissional caso seu desempenho seja considerado insatisfatório pela fiscalização do contrato, garantindo que o serviço não sofra interrupção.

4.2.2.1.2 **Manutenção (Qualidade do Serviço):** A "manutenção" da qualidade será aferida pela fiscalização do contrato, que avaliará o cumprimento das atribuições e o alcance dos resultados pretendidos. A empresa contratada é responsável por garantir que o(a) profissional alocado se mantenha atualizado com as novas ferramentas e tendências do mercado de comunicação digital.

5 Estimativa das quantidades a serem contratadas

5.1 A estimativa para a presente contratação é de **1 (um) posto de trabalho** para profissional de Social Media, em regime de dedicação exclusiva e residente.

5.1.1 A solução de um único posto de trabalho é a que melhor promove a economia de escala para este serviço específico. A natureza das atividades de um social media é integrada e interdependente (planejamento, criação, monitoramento e análise). O parcelamento do serviço (ex: contratar uma empresa para criar os posts e outra para monitorar) seria tecnicamente inviável, geraria custos de coordenação e prejudicaria a coesão da comunicação institucional. Portanto, a contratação de um único profissional especializado consolida as tarefas de forma eficiente e com melhor custo-benefício, não havendo interdependência com outras contratações que justifique um quantitativo diferente.

6 Estimativa do valor da contratação

6.1 A estimativa de valor para a contratação foi realizada por meio de pesquisa de preços, utilizando contratações públicas similares (por meio de análise de contratos e editais de outros órgãos públicos para serviços análogos, com foco em postos de trabalho de social media com dedicação exclusiva) e consulta ao piso salarial da categoria profissional para estabelecer uma base remuneratória mínima.

6.1.1 A Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 (SINAPRO), com abrangência no Distrito Federal, estabelece um piso salarial para funções técnicas em agências de publicidade de **R\$ 2.301,12**. Embora este valor represente o mínimo legal para a categoria, considera-se que a complexidade, o nível de responsabilidade e a exigência de formação superior e experiência para o posto de social media no CNMP justificam uma remuneração superior a este piso.

6.1.2 Nesse sentido, considerando os dados de outros processos licitatórios já abordados neste estudo, a referência mais próxima para esta estimativa é o contrato do **Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA)**, devido à similaridade institucional e à detalhada

composição de custos apresentada no processo licitatório. O valor mensal do posto de social media naquele contrato foi de 6.366,66.

6.1.3 Considerando os dados acima, bem como na tabela do item 3.4 estima-se salário de R\$6.400,00. Este valor mostra-se compatível com a complexidade das atribuições e alinhado aos salários praticados por outros órgãos para profissionais de comunicação com dedicação exclusiva, sendo um valor intermediário entre os pisos de mercado e os salários mais elevados aqui reportados.

6.1.3.1 Quanto à fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos nas Convenções Coletivas, o TCU manifesta-se pela possibilidade, desde que preenchidos dois requisitos: justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média, e realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador, conforme Acórdão TCU 2101/2020-Plenário.

6.3.1.2 A opção estratégica de oferecer remuneração acima dos piso salarial estabelecido para a categorias na Convenção Coletiva de Trabalho se deve a alguns fatores:

6.3.1.2.1 O profissional a ser contratado necessitará de mais tempo de experiência no mercado de trabalho do que os iniciantes e recém-formados.

6.3.1.2.2 Esses profissionais desempenharão tarefas que requerem maior qualificação do que a mínima exigida para o pagamento dos pisos salariais.

6.3.1.2.3 A remuneração restrita ao piso não seria suficiente para que a empresa vencedora do certame contrate e mantenha bons profissionais, com as qualificações técnicas de que a Administração Pública necessita.

7 Justificativa para o parcelamento ou não da solução

7.1 Não se aplica.

8 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

8.1 Não há contratações que guardem relação direta com a execução do objeto ou cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si.

9 Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

9.1 A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, em conformidade com o planejamento estratégico do CNMP. Ressalta-se que o PCA se encontra em fase de consolidação, e a ação referente a esta contratação já foi formalmente proposta pela unidade demandante.

10 Demonstrativos dos Resultados Pretendidos

10.1 Com a contratação da solução pretendida, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) almeja alcançar os seguintes ganhos diretos e indiretos, alinhados ao objetivo estratégico de "Impulsionar a inovação, a comunicação e o uso da tecnologia na atuação do CNMP e do MP brasileiro"

10.1.1 A contratação visa promover a ampliação da presença institucional do CNMP nos ambientes digitais, assegurando uma comunicação mais acessível, transparente e alinhada às expectativas da sociedade. Busca-se, também, fomentar a padronização da linguagem e da identidade visual adotadas nas publicações, reforçando a unidade, a clareza e a consistência das mensagens institucionais. Com a presença de um profissional especialista dedicado à área, espera-se maior eficiência na produção, publicação e monitoramento de conteúdos, resultando em processos mais ágeis e tecnicamente qualificados. Por fim, a contratação permitirá uma resposta mais rápida e coordenada em situações que demandem atenção reputacional, contribuindo para a atuação preventiva e estratégica da comunicação institucional.

10.1.2 Economicidade: O resultado esperado é a efetivação da melhor contratação viável em termos de custo-benefício. A contratação de um posto de serviço dedicado, por meio de empresa especializada, demonstra-se mais econômica do que a contratação de uma agência de comunicação para o mesmo escopo de trabalho contínuo. Ademais, a contratação por meio de empresa permite a substituição célere em caso de desempenho inadequado, preservando a continuidade do serviço, nos termos do art. 6º, inciso LIX, da Lei nº 14.133/2021. A presente solução otimiza o uso racional dos recursos financeiros disponíveis para alcançar os objetivos de comunicação propostos.

10.1.3 Eficiência: Espera-se assegurar a continuidade da prestação regular dos serviços de comunicação digital, que possuem uma demanda crescente e são essenciais para as atividades do CNMP. A alocação de um profissional qualificado tornará o processo de produção e gestão de conteúdo mais ágil e tecnicamente aprimorado. Isso garante que as informações institucionais sejam disseminadas de forma mais rápida e com maior alcance, otimizando o fluxo de trabalho da Secretaria de Comunicação.

11 Providências a serem adotadas

11.1 Não há providências adicionais a serem adotadas neste momento.

12 Possíveis impactos ambientais

12.1 Os impactos ambientais desta contratação são irrisórios e não apresentam risco considerável.

13 Posicionamento Conclusivo

13.1 Considerando a análise detalhada da necessidade contínua e crescente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por serviços especializados de comunicação digital, a presença de apenas um profissional com a qualificação técnica necessária no quadro de pessoal deste Conselho, e o levantamento de mercado que apontou a solução de contratação de um posto de trabalho residente como a mais vantajosa, este Estudo Técnico Preliminar demonstra que a solução proposta é a que melhor atende aos interesses da Administração.

13.2 A solução identificada é tecnicamente justificada pela necessidade de agilidade, integração e segurança da informação que a presença de um profissional residente oferece, e economicamente vantajosa por apresentar melhor custo-benefício em comparação com a contratação por demanda, que se mostra excessivamente onerosa para a frequência de atividades do CNMP.

13.3 Diante de todos os elementos apresentados, que demonstram o alinhamento da contratação com o planejamento estratégico do órgão e a adequação da quantidade e do valor estimados, esta Secretaria argui que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados na área de comunicação, com alocação de 1 (um) posto de trabalho residente para a função de Social Media, é VIÁVEL, ADEQUADA e vantajosa para o pleno atendimento da necessidade a que se destina.

